



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014 – 2018)

7.^a SESSÃO LEGISLATIVA

SUMÁRIO

	Págs.
Projecto de Resolução n.º 63/X/7.^a/2018 — Eleição de Juízes do Tribunal Constitucional	
.....	1102
Curriculum Vitae dos Candidatos a Juíz do Tribunal Constitucional:	
Carlos Olímpio Stock	1103
Fábio da Graça Sousa Sardinha e Santos	1106
José António da Vera Cruz Bandeira	1107
Kótia Solange do Espírito Santo Menezes	1113
Jonas Gentil da Cruz	1118

Projecto de Resolução n.º 63/X/7.ª/2018 — Eleição de Juízes do Tribunal Constitucional**Preâmbulo**

Tornando-se necessário proceder à eleição dos Juízes do Tribunal Constitucional, em conformidade com os artigos 8.º, 9.º e 10.º da Lei n.º 19/2017, de 26 de Dezembro, Lei Orgânica do Tribunal Constitucional;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º**Eleição**

São eleitos os Senhores,, e como Juízes do Tribunal Constitucional.

Artigo 2.º**Entrada em vigor**

A presente Resolução entra imediatamente em vigor

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 9 de Janeiro de 2018

O Presidente da Assembleia Nacional, *José da Graça Diogo*

Curriculum Vitae dos Candidatos a Juíz do Tribunal Constitucional

Carlos Olímpio Stock

 **CURRICULUM VITAE** *2. 12/01/2018*
*devidos 9/10/01/2018***1 - IDENTIFICAÇÃO****APELIDO:** Stock**NOME:** Carlos Olímpio**DATA DE NASCIMENTO:** 21/03/1961**NATURALIDADE:** Conceição - Príncipe**NACIONALIDADE:** Santomense**ESTADO CIVIL:** Casado**RESIDENCIA ACTUAL:** São Marçal**TELEFONE DE CONTACTO:** Móvel - 9801257**E- MAIL** – carlos_stock126@hotmail.com**2- FORMAÇÃO****1988-1994** - Licenciatura em **Direito** na **Universidade Estatal de Azerbaijão** (Ex. União Soviética);**1995-1997**- Curso de **Magistratura Judicial** no Centro de Estudos Judiciários - Lisboa (Portugal);**1999 – 2001** – Curso de **Extensão Universitário para Conservadores e Notários** - Coimbra (Portugal)

3- OUTRAS FORMAÇÕES e SEMINÁRIOS

1983/84 – Curso profissional de Modelismo e Estilismo - Porto (Portugal);

1994 - Seminário sobre Direito de Autor e Direitos Conexos - Lisboa (Portugal);

1994 – Seminário sobre Administração Pública e Desenvolvimento - Maputo (Moçambique);

1995 – Seminário sobre Extradicação e Ajuda Mútua - Kampala;

1997 – Estágio de Formação para Dirigentes e Técnicos dos Serviços Centrais Do Ministério da Justiça - Lisboa (Portugal);

2000 – Participação no 1º Encontro dos Notários e Conservadores da CPLP - Praia (Cabo Verde);

2006 – Curso de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Judiciário PALOP - Lisboa (Portugal);

2007 – Curso de Formação de Formadores para Registos e Notariado - INEJ - Luanda (Angola);

4- EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

2017/2018 – Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional

2014/2016 – Ministro da defesa e do Mar

2010/2012 – Ministro da defesa e Segurança Pública;

2008/2010 – Advogado e Professor de Direito Notarial na Universidade IUCAI de S. Tomé e Príncipe;

2002/2008 – Director dos Registos e Notariado do Ministério da Justiça;

1998/1999 – Director de Gabinete de Estudos e Documentação e Director Interino do Gabinete do Ministro da Justiça, Trabalho e Administração Pública;

1997 - Assessor Jurídico do Ministro de Justiça;

1996/1997 - Juiz Estagiário nos Tribunais Cível, de Família, de Trabalho e Criminal em Lisboa (Portugal);

1987/1988 – Modelista Estilista na Fabrica de Confecções Água – Grande.

1984/1986 – Professor de Matemática na Escola Secundária Patrice Lumumba, Ribeira Funda e Liceu Nacional

6-LÍNGUAS

LINGUAS	FALADA	ESCRITA	LEITURA
OFICIAL: Português	M.Bom	M.Bom	M.Bom
MATERNA: Forro	Bom	Bom	Bom
ESTRANGEIRAS			
Francês	Regular	Regular	Regular
Inglês	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente
Russo	M.Bom	M. Bom	M. Bom
Espanhol	Regular	Regular	Bom

Fábio da Graça Sousa Sardinha e Santos

Pública
08.02.2018
(160)

CURRICULUM VITAE**ELEMENTOS PESSOAIS:****NOME** - Fábio da Graça Sousa Sardinha e Santos**ESTADO CIVIL** - Casado**NACIONALIDADE** - Santomense**DATA DE NASCIMENTO** - 27 de Fevereiro de 1973**E-MAIL** - fabsardinhastp@hotmail.com

1. Ao Directora para 1 no DPA.
2. Ao DPA para o do-vidos de 18.
10/02/18
[Signature]

FORMAÇÃO ACADÉMICA E PROFISSIONAL:

07 a 05/12/2016 – Formação de Formadores em matéria de prevenção e investigação em matéria de branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de estupefacientes.

12 a 14/05/2009 – Seminário no âmbito da Jurisdição Administrativa e Fiscal.

03 a 14/09/07 – Formação para Magistrados sobre Técnicas de Investigação Criminal na Cidade da Praia, Cabo Verde.

15/09/06 a 15/07/07 – Magistratura no Centro de Estudos Judiciários em Lisboa, Portugal.

08/08/05 a 02/09/05 – Curso para Magistrados sobre Interesses Difusos; Direito do Ambiente, Consumo e de Património em Maputo, Moçambique.

15/01/2003 - Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

04/2013 – Procurador da República.

2008 - Professor da Universidade Lusíada de S. Tomé e Príncipe, Disciplina de Teoria Geral do Negócio Jurídico e Direito das Obrigações.

2005/2006 e 2010/2011 – Professor de Introdução ao Direito e Direito Comercial, no Instituto Superior Técnico.

04/2005 - Procurador Adjunto.

01/2004 a 04/2005 – Assessor Jurídico da Direcção do Tesouro e Património e do Orçamento, do Ministério do Plano e Finanças; Notário do Estado nos Contratos lavrados na Direcção do Tesouro e Património.

José António da Vera Cruz Bandeira

08.02.18
JCB

CURRICULUM VITAE

JANEIRO /2018

2. A 1ª e 2ª
devidos 20/1/18

IDENTIFICAÇÃO:

- **NOME:** José António da Vera Cruz Bandeira, vulgo “Zé Bandeira”.
- **IDADE:** 56 anos.
- **DATA DE NASCIMENTO:** 04 de Julho de 1961.
- **NACIONALIDADE:** São-tomense.
- **NATURAL de:** Santa Filomena – São Tomé.
- **ESTADO CIVIL:** Casado.
- **PROFISSÃO:** Jurista, Magistrado Judicial.
- **FILIAÇÃO:** Filipe Lopes Bandeira e Isabel da Vera Cruz Bandeira, ambos falecidos.
- **RESIDÊNCIA:** Bairro Quilombo, Distrito de Água Grande-São Tomé.

NÍVEL ACADÉMICO:

- 11ª Classe do Liceu Nacional.
- Licenciatura em Direito, pela Universidade Estatal de Moscovo em Honra de Lomonóssovo – URSS (1983 – 1989).
- Mestre em Artes Jurídicas, pela decisão especial da Comissão Estatal de Exames – URSS (1989).

FUNÇÕES ACTUAIS:

- Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.

FUNÇÕES E ACTIVIDADES EXERCIDAS:

- Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e do Conselho Superior dos Magistrados Judiciais.
- Membro do Conselho de Estado.
- Juiz do Tribunal Tributário Nacional, por acumulação de funções.
- Docente da Cadeira de Direito Ambiental na Universidade Lusíadas de São Tomé e Príncipe.
- Presidente em Representação do Supremo Tribunal de Justiça no Workshop sobre Desafios actuais da Justiça, programado no âmbito da formação de Magistrados de São Tomé e Príncipe, realizado em Braga – Portugal, em Fevereiro de 2012.
- Varias vezes Presidente Substituto do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, por Despachos n.ºs 05/2008 de 13 de Novembro, 01/2011 de 13 de Janeiro e 12/2011 de 06 de Outubro e 20/2012, do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e do Conselho Superior dos magistrados Judiciais.

1

- Juiz de Direito de 1ª Classe do Tribunal de 1ª Instância, 1º Juízo – São Tomé.
- Juiz de Direito do Tribunal Regional do Príncipe. (Outubro de 2003 à Dezembro de 2004).
- Juiz Auxiliar do Supremo Tribunal de Justiça, sempre que chamado.
- Vice-presidente do Tribunal de 1ª Instância, resultado da eleição realizada entre os Juizes de Direito, para escolha do Presidente de 1ª Instância.
- Director da Polícia de Investigação Criminal e Chefe do Gabinete Nacional Central da INTERPOL (Outubro de 1993 à Novembro de 2003).
- Presidente da Comissão Instaladora da Polícia de Investigação Criminal (Janeiro de 1993 à Outubro de 1993).
- Jurista e Acessor Jurídico do Ministro da Defesa e Ordem Interna do 1º Governo da 2ª República (1991).
- Consultor Nacional para Instituições e Legislação Ambientais, no quadro do Projecto Instituições e Legislação Ambientais (Governo de S. T. P. e P.N.U.D.).
- Jurista e Director de Gabinete Jurídico e Relações Exteriores Serviço Nacional de Informações (1993 à 1994).
- Jurista da antiga Direcção Nacional de Segurança e Chefe da Secção de Operações e Investigações e INTERPOL (1989 à 1991).
- Jurista e Chefe da Repartição de Administração e Finanças do Serviço Nacional de Informações (1991 à 1992).
- Membro Fundador do Comité de Chefes de Polícias da África Central “CCPAC”.
- Membro Fundador do Conselho de Directores de Polícias Judiciária e de Investigação Criminal da CPLP.
- Vogal do Conselho de Justiça da Federação Santomense de Futebol.

FORMAÇÕES ADQUIRIDAS AO LONGO DOS ANOS:

- Curso de Formação de Formadores para os Sistemas Judiciários dos PALOP's, feito em Luanda, em Março de 2009.
- Curso de Capacitação dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público, no quadro do Projecto PIR/PAPOL's, feito em Maputo, em Março e Abril de 2006.
- Curso de Capacitação dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público, no quadro do Projecto PIR/PAPOL's, feito em Maputo, em Agosto de 2004.
- Curso de Direito Ambiental para os Países Lusófonos da África, feito em Maputo, em Outubro de 2005.
- Curso de Uso Ilícito de Drogas, feito em São Tomé (2000).
- Curso de Avaliação do Impacto Ambiental, feito em São Tomé (1999).
- Estágio de Capacitação para Directores Gerais de Polícia, feito na Polícia Judiciária Francesa em Paris (1997).



- WORKSHOP sobre Contencioso Ambiental, organizado pelos PNUA e PNUD em Campala (1997).
- WORKSHOP para a Implementação da Convenção das Nações Unidas sobre a Biodiversidade no Direito Interno dos Estados, organizado pelos PNUA e PNUD em Maputo – Moçambique (1997).
- Formação sobre o Direito e Legislações Ambientais, organizada pelo PNUA em Maputo – Moçambique (1997).
- Formação do PNUA- Programa das Nações Unidas para o Ambiente no âmbito do Direito Ambiental, feita em Nairobi e Genebra (1996).
- Curso sobre os Direitos do Homem ao nível das Nações Unidas, feito em São Tomé (1995).
- Formação de Directores e Chefias Superiores de Polícia, organizada pelo Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais de Portugal (1995).
- Curso de Administração Pública, feito pelo Centro Nacional de Reforma Administrativa em São Tomé (1992).
- Membro da Comissão FAL/SEC - Facilitação e Segurança Aeroportuária, em representação dos Tribunais.

CONHECIMENTOS E CAPACIDADES:

- Domínio na área de ensino de Direito nos vários Ramos de Direito, para todos os níveis (Escolas, Institutos, Universidades e outros afins).
- Domínio na área de Segurança Interna e Ordem Pública.
- Domínio na área de Legislação e Instituições Ambientais.
- Formador Qualificado para a Formação de Formadores aos Sistemas Judiciários dos PALOP's.
- Cultura geral, Jurídica e Administrativa obtidas ao longo das sobreditas formações.
- Embaixador da Paz, Título conferido pelo Núcleo da Federação das Mulheres para Paz Mundial.
- Utilizador de computador.
- Motorista Profissional.

TRABALHOS TÉCNICOS REALIZADOS E DE NATUREZA JURÍDICA:

- Monitor de Processo Penal na formação de Funcionários Judiciais dos Tribunais Judiciais de São Tomé e Príncipe, realizada em São Tomé, no mês de Janeiro de 2013.
- Monitor de Organização Judiciária e Policial no Curso de Formação dos novos Agentes da PIC- Polícia de Investigação Criminal, (2008).
- Participação na Comissão Eventual Especializada da Assembleia Nacional, para discussão e aprovação na especialidade, dos diplomas normativos referentes a reforma do Sistema Judiciário em São Tomé e Príncipe (2007).
- Monitor de Processo Penal no Curso de Formação dos Juízes e Procuradores Militares, (2007).


3

- Professor da Disciplina de Direito para (10ª e 11ª classes) no Liceu Nacional, de 1991 à 1998.
- Professor de Direito Comercial no IUCAI- Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática.
- Professor de Introdução ao Direito no Consulting Rita Lda..
- Monitor do Curso Capacitação sobre Cidadania aos Sindicalistas 2006.
- Monitor do Curso Capacitação em Matérias Jurídicas para os Técnicos da AZETONA ADIL.
- Participação na elaboração do Projecto de Lei Orgânica do Serviço Nacional de Informações de São Tomé e Príncipe.
- Monitor de Organização Judiciária e Policial no 1º Curso de Formação dos Agentes da PIC- Polícia de Investigação Criminal, (2004).
- Participação na elaboração, discussão e aprovação da 1ª Lei Orgânica da Polícia de Investigação Criminal de São Tomé e Príncipe, no ano 1993.
- Participação na Comissão Técnica para a elaboração, discussão e aprovação da Lei da Defesa Nacional e dos Estatutos das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe.
- Participação nos trabalhos do 1º Levantamento das Instituições e Legislação Ambientais e da Situação Ambiental em São Tomé e Príncipe.
- Participação na fase de feitura (levantamento, elaboração e discussão com vista a aprovação) de várias Leis Ambientais tais como: Lei Base do Ambiente, Lei da Fauna, Flora e Áreas Protegidas, Lei das Florestas, Lei das Pescas e Recursos Halieuticos, sobre Inertes e sobre Impacto Ambiental.
- Elaboração de Projecto de Lei sobre Fabricação, Comercialização e Utilização de Produtos Tóxicos e Perigosos, sob contratação do PNUD.
- Elaboração, discussão e aprovação da Proposta de Decreto sobre a TIA - Taxa de Impacto Ambiental, sob recomendação do Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe.
- Elaboração, discussão e aprovação do NAPA – Plano Nacional de Adaptação as Alterações Climáticas, na vertente “Segurança Pública e Protecção Civil” (2006 /2007).
- Realização de vários Seminários sobre Instituições e Legislação Ambientais, organizados no país, pelos Ministério do Ambiente e PNUD.
- Elaboração com outro Consultor Nacional, do Resumo das Leis Ambientais em vigor na RDSTP, assim como do Programa de Formação, Educação e Comunicação, sobre legislação ambiental.
- Diversos trabalhos de advocacia e de consultoria jurídica.

EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL:

- Participação na Conferência sobre os Direitos Humanitários ao nível das Forças Armadas, Nairobi 1991.
- Participação na Conferência sobre a Luta contra a Droga ao nível da CEAAC, Brazzaville 1992.
- Participação na Conferência Ministerial Mundial sobre a Criminalidade Transnacional Organizada, Nápoles 1994.
- Participação na 65ª Assembléia Geral da INTERPOL, Pequim 1995.
- Participação no Seminário Ministerial Regional contra a Criminalidade Transnacional Organizada, e Corrupção, Dakar 1997.
- Participação na Conferência das Nações Unidas para a elaboração da Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Transnacional Organizada, Viena, 1999.
- Participação na Reunião do Comitê de Chefes de Polícia da África Central (CCPAC), Yaoundé 2000.
- Participação na Conferência das Nações Unidas para finalização dos Protocolos Adicionais à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Transnacional Organizada, Viena 2000.
- Participação nas Reuniões de Directores de Polícias Judiciária e de Investigação Criminal da CPLP, realizadas em Lisboa e Budapeste em 2001.
- Participação na Conferência Mundial sobre a Corrupção, Amsterdan 2001.
- 70ª Assembléia Geral da INTERPOL, Budapeste 2001.
- Participação na Conferência sobre a Implementação do Direito de Autor, organizada pelas OMPI e OMC, Dar - El - Salaan 2002.
- Participação na Conferência Regional sobre a Implementação da Lei Florestal, organizada com o apoio do Banco Mundial, Brazzaville 2002.
- Participação na Reunião Inter-Governamental sobre a Luta contra o Terrorismo, Argel 2002.
- Participação na Reunião Regional de Ministros da Justiça, para a Promoção da Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Transnacional Organizada, Argel 2002.
- Participação na 73ª Assembléia Geral da INTERPOL, Bernidorm-Espanha 2003.
- Participação no Seminário Regional de Peritos, para a Promoção e Implementação dos Instrumentos Universais contra o Terrorismo e a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Transnacional Organizada, Bamako 2003.
- Participação na Conferência sobre Segurança Interna e Controlo Externo das Forças e Serviços de Segurança e 1º Encontro das OCIPs – Organização de Controlo e Inspeção das Policias, realizados em Lisboa-Portugal, nos dias 12 e 13 de Dezembro de 2006, respectivamente.


5

- Participação no VII Forum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça, dos Países e Territórios de Língua Oficial Portuguesa, realizado em Maputo, de 22 a 27 de Outubro de 2007.
- Participação no Colóquio Anual sobre o Direito do Trabalho e Colóquio sobre a Formação de Juízes, para os Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos países e Territórios de Língua Oficial Portuguesa, realizados em Lisboa-Portugal 2008.
- Participação no VIII Forum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Oficial Portuguesa, realizado em Bissau-Guiné Bissau 2010.
- Participação na Conferência dos Presidentes dos Tribunais e Jurisdições Constitucionais Africanos, realizada em Argel-Argélia 2011.
- Participação no Workshop sobre Desafios actuais da Justiça, programado no âmbito da formação de Magistrados de São Tomé e Príncipe, Braga 2012.
- Participação na III Conferência dos Tribunais Constitucionais da CPLP, realizada em Benguela – Angola, Junho 2014.
- Participação no III Congresso da Conferência Mundial de Justiça Constitucional, realizado em Seul – Coreia do Sul, Setembro/Outubro 2014.
- Participação de Conferência Africana de Justiça Constitucional, realizada em Argel-Argélia, Novembro 2014.
- Participação no III Congresso da Conferência das Jurisdições Africanas, realizado em Libreville – Gabão, Maio 2015.
- Participação no 70.º Aniversário da institucionalização do Tribunal Jurisdicional de Litígios e no Simpósio Internacional subornado ao tema “Tribunais de Conflitos, Tribunais Constitucionais e Supremos Tribunais”, realizado em Ankara – Turquia, Junho de 2015.

LÍNGUA OFICIAL:

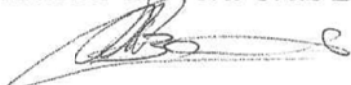
- Português.

LÍNGUAS ESTRANGEIRAS:

- Russo (actualmente suficiente: falado e escrito);
- Francês (razoável);
- Espanhol (razoável);
- Inglês (básico) 2º nível.

O TITULAR:

José António da Vera Cruz Bandeira



Kótia Solange do Espírito Santo Menezes

08.02.2018
JEP

CURRICULUM VITAE

1. 1.º
2. 1.º
devido 9/10
solange

I. DADOS PESSOAIS

Nome: **Kótia Solange do Espírito Santo de Menezes**

Local e data de nascimento: Conceição – São Tomé, 23 de Fevereiro de 1979

Residência: Rua da Caixa – São Tomé, Caixa Postal n.º 589

Contacto tel.: (+239) 991 59 40

Correio electrónico: kotiamenezes@gmail.com/kotiamenezes@hotmail.com

II. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS E FORMAÇÃO CONTÍNUA

- Outubro de 1998 a Setembro de 2004, Licenciatura em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa;
- 15 de Setembro de 2004 a 15 de Julho de 2005, Auditora do XXIII Curso Normal de Formação de Magistrados, no Centro de Estudos Judiciários de Portugal;
- 09 de Janeiro a 24 de Fevereiro de 2012, Formação contínua de Magistrados Judiciais/Workshop sobre “Desafios atuais da Justiça”, realizado em simultâneo pelo Tribunal Judicial de Braga e a Universidade de Minho em Portugal;
- 26 de Novembro a 6 de Dezembro de 2012, Curso de formação de magistrados judiciais em direito penal, direito processual penal e civil;
- Em 15 de Setembro de 2017 conclui o curso de Direito Comercial, ministrado pelo PAGEF e Universidade Lusíada São Tomé e Príncipe, em parceria com o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos e BAD.

III. EXPERIENCIA PROFISSIONAL

- Setembro de 2017 até a presente data, Juíza de Direito do Tribunal de 1.ª Instância, da Região de Água-grande, afecta ao Juízo Laboral e Comercial;
- 14 de Junho de 2016 até a presente data, Presidente da Associação São-tomense de Mulheres Juristas;
- Desde Abril de 2016, Juíza de Direito em acumulação de funções no Tribunal de 1.ª Instância, da Região de Lembá com competência genérica;
- Desde Novembro de 2015, Vogal e Secretária da Assembleia Geral do Instituto do Direito e Cidadania;

- Outubro de 2015 a Agosto de 2017, Membro do Conselho Superior dos Magistrados Judiciais.
- 4 de Outubro de 2011 até Setembro de 2017, Juíza de Direito do Tribunal de 1.ª Instância, da Região de Água-grande, afecta ao Juízo Criminal;
- Janeiro a Setembro de 2011, Coordenadora da Base de Dados Jurídica Legis-PALOP do Ministério da Justiça e da Reforma do Estado;
- Abril a Setembro de 2011, Presidente da Comissão do Acompanhamento da Reforma da Justiça, do Ministério da Justiça e da Reforma do Estado;
- Abril de 2009 a Julho de 2010, Presidente da Comissão para revisão e elaboração do Estatuto da Função Pública, Código Administrativo e do Procedimento Administrativo e o Regulamento para a Inspeção na Administração Pública, do Ministério da Justiça e da Reforma do Estado;
- Julho de 2009 a Fevereiro de 2010, Presidente da Comissão para a elaboração e implementação do Projecto Acesso a Justiça, do Ministério da Justiça, Reforma do Estado, Administração Pública e dos Assuntos Parlamentares;
- Abril de 2009 a Julho de 2010, Coordenadora da Comissão para elaboração do Projecto para a criação e implementação do Guichet Único para Empresas, do Ministério da Justiça, Reforma do Estado, Administração Pública e dos Assuntos Parlamentares;
- Janeiro de 2009, membro da Comissão de revisão dos Códigos Comercial, das Sociedades Comerciais e o Código do Registo e do Notariado Ministério da Justiça, Reforma do Estado, do Administração Pública e dos Assuntos Parlamentares;
- 27 de Março de 2006 até Setembro de 2011, Directora do Gabinete do Ministro Justiça, Reforma do Estado, Administração Pública e dos Assuntos Parlamentares;
- Setembro de 2005, Presidente da Comissão para elaboração da Proposta de Lei sobre o Branqueamento de Capitais, do Ministério da Justiça e dos Assuntos Parlamentares/Ministério do Plano e Finanças;
- 21 de Setembro de 2005 a 17 de Março de 2006, Assessora da Ministra/Gabinete de Estudos e Documentação, do Ministério da Justiça e dos Assuntos Parlamentares.

IV. PARTICIPAÇÃO E INTERVENÇÕES EM CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS

- 17 a 20 de Outubro, Formação sobre a Igualdade de Género e prevenção da Violência Baseada no Género, tendo sido feita a abordagem sobre a Lei de Violência Doméstica e Familiar e a Lei sobre os Mecanismos de Protecção Devidas as Vítimas de Violência Doméstica, dirigida aos professores do ensino secundário;

- 20 e 21 de Março de 2017, Seminário sobre o Cibercrime e obtenção de prova Digital, organizado pelo Ministério Público e sob os seguintes temas: O Ministério Público e o cibercrime; As soluções de direito penal substantivo, em Portugal e em São Tomé e Príncipe; O acesso à Internet, os direitos de quem acede e o sigilo das telecomunicações; Blogs, redes sociais e afins; Prova electrónica – soluções na Convenção de Budapeste e no direito português; Práticas e métodos específicos adoptados pelo Ministério Público de Portugal e; Os desafios do cibercrime em São Tomé e Príncipe, quadro legal doméstico e internacional;
- 03 a 05 de Novembro de 2016, Encontro Nacional de Juízes Estaduais, organizado pela Associação dos Magistrados Brasileiros, sob o tema: Ética, Independência e Valorização da Magistratura;
- 16 a 20 de Março de 2015, Formadora do Curso de formação contra o Tráfico de Seres Humanos, realizado em conjunto pelo Ministério Público e o Observatório Português do Tráfico de Seres Humanos/CPLP;
- 21 a 22 de Maio de 2015, participação no V Congresso de Direito Penal e Processo Penal, em Portugal;
- 26 a 29 de Julho de 2010, participação na XII Conferência dos Ministros da Justiça da CPLP realizado em Maputo – Moçambique, sob os seguintes temas: o patrocínio e assistência jurídica e judiciária ao cidadão – diferentes experiências no seio da CPLP; e as medidas alternativas a pena de prisão;
- 10 a 19 de Maio de 2010, participação e intervenção no XII Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção ao crime e a Justiça, organizado pelas Nações Unidas e o Ministério da Justiça do Brasil, sob os seguintes temas: infância, juventude e Crime; Fornecimento de assistência técnica para facilitar a ratificação e implementação dos instrumentos internacionais relativos à prevenção e à supressão do terrorismo; Tornar efetivas as diretrizes das Nações Unidas sobre prevenção ao crime; Respostas da Justiça Criminal ao tráfico de migrantes e de pessoas; Cooperação internacional para o combate à lavagem de dinheiro com base nos instrumentos pertinentes das Nações Unidas e outros instrumentos; aspectos recentes do uso da ciência e tecnologia por infratores e de seu emprego por autoridades no combate ao crime, inclusive cibernético; Fortalecimento da cooperação internacional para o combate de problemas relacionados à criminalidade: abordagens práticas; Respostas da área de prevenção ao crime e justiça criminal à violência contra migrantes, trabalhadores migrantes e suas famílias;

- 27 a 29 de Novembro de 2009, Encontro Nacional da Justiça, realizado em conjunto pelo PNUD e o Ministério da Justiça, sob os seguintes temas: a actual situação da justiça em São Tomé e Príncipe e as reformas que ela exige; o acesso à justiça e a garantia dos direitos dos cidadãos; e o novo paradigma da justiça;
- 12 a 14 de Maio de 2008, Iniciativa Lusófona para a Justiça, realizado pelo Ministério da Justiça de Portugal, sob o lema o papel das novas tecnologias e a justiça;
- 18 - 22 de Agosto de 2006, oradora no Seminário de Sensibilização da Polícia e Forças Armadas sobre a Convenção dos Direitos da Criança e as suas implicações para as Forças de Segurança, organizado pela UNICEF, Ministério da Justiça e Assuntos Parlamentares e o Ministério da Defesa e Ordem Interna, sob os seguintes temas: o papel das Forças Armadas e os seus valores para o Estado; A convenção sobre os direitos da criança e a convenção sobre todas as formas de eliminação de violência contra as mulheres – Implicações para as Forças de Segurança; A situação das crianças e mulheres em São Tomé e Príncipe; A família, lei e forças de segurança; Crianças em conflito com a lei; Violência doméstica; Justiça juvenil – Desafios para os Polícias do Estado e os Juizes; Crianças em conflitos armados; Agenda anti-conflito;
- 15 de Agosto de 2006, Seminário sobre Validação do Estudo sobre a Disparidade entre a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Legislação São-tomense, organizado pela UNICEF, sob o lema: Estudo sobre a disparidade entre a Convenção sobre os Direitos da Criança; Protecção jurisdicional dos menores; Protecção contra a violência e os ilícitos em relação às vítimas as crianças;
- 19 - 20 de Maio de 2006, Seminário no Quadro da Jornada Internacional de Luta Contra a Droga, organizado pelo Gabinete de Luta Contra a Droga e Comissão Interministerial de Luta Contra a Droga, sob os temas; Drogas, seus efeitos e a prevenção; O papel dos agentes de Polícia de Investigação Criminal no combate a droga; A tutela policial na detenção da droga;
- 16 de Junho de 2006, Conferência sobre Direito a Protecção: Paremos com a violência contra as crianças, organizado pelo Ministério da Justiça e Assuntos Parlamentares e a UNICEF, sob os temas: A situação do tráfico de pessoas na África Central e Ocidental; O tráfico de pessoas particularmente das mulheres e crianças no contexto nacional e internacional;
- 25 - 26 de Maio de 2006, Mesa Redonda Contra o Terrorismo, organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério da Justiça de Espanha, sob o tema:

Declaração e Plano de Acção de Madrid para reforçar o regime jurídico dos países de África Central e Ocidental na Luta Contra o Terrorismo;

- 14 de Dezembro de 2005, Jornada Internacional de Luta Contra a Corrupção, organizado pelo Ministério da Justiça e Assuntos Parlamentares, sob o tema: O fenómeno da corrupção em São Tomé e Príncipe; A corrupção, seu contorno na sociedade e a legislação são-tomense;
- 26 à 28 de Outubro de 2005, Fórum Ibero-Americano Sobre o Acesso a Justiça, organizado pelo Ministério da Justiça do Chile, sob o tema: Justiça de paz e justiça de pequenas causas; Assistência jurídica em matéria civil e administrativa; Prevenção de conflitos, promoção de direitos e métodos colaborativos de solução de conflitos; Direitos das crianças e dos adolescentes; Formação de cidadania;
- 4 e 5 de Outubro de 2005, Conferência sobre a Reforma da Administração Pública Nacional: Condição para o Futuro, organizado pela Secretaria de Estado da Administração Pública São-tomense, sob o tema: A fiscalização e gestão dos recursos públicos; A reforma da administração pública – visão do PNUD; Custo da Administração pública; Estratégia global da reforma do Estado; O papel das empresas públicas na administração; Observatório da função pública; Reforma das finanças públicas; Reforma do Estado em Cabo-Verde.

Jonas Gentil da Cruz

Jonas Gentil

- Professor de Direito da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, desde 2011;
- Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, desde 2012;
- Presidente do Instituto do Direito e Cidadania de São Tomé e Príncipe, desde 2015;
- Diretor do Anuário de Direito de São Tomé e Príncipe, desde 2015;
- Investigador do Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade (CEDIS) da Universidade Nova de Lisboa, desde 2004;
- Membro do Instituto de Direito de Língua Portuguesa, desde 2015;
- Legal Entity Appointed Representative (LEAR) da Universidade de São Tomé e Príncipe, desde 2017;
- Jurista da Agência Nacional do Petróleo de São Tomé e Príncipe, desde 2011;
- Prática Forense no Escritório de Advogados Vieira de Almeida e Associados, em 2008.

Estudos, artigos e resenhas publicados no estrangeiro e a nível interno:

- "O Direito Internacional Público e a Ordem Jurídica São-Tomense", 2018;
- "São Tomé e Príncipe e o Estatuto do Tribunal Penal Internacional", 2016;
- "Ensaio sobre o Alcance da Liberdade de Expressão na Ordem Jurídica Internacional", 2016.
- "Os Órgãos de soberania: o Governo na atual Constituição da República de Cabo Verde", 2016.
- "Resenha ao Manual de Direito Constitucional de Moçambique do Professor Catedrático Jorge Bacelar Gouveia", 2016.
- "A [Não] Exatidão de Nacionais na CPLP", 2013;

Congressos, Seminários, Colóquios e outras atividades realizadas:

- "Arbitragem Tributária e Sistema Fiscal São-tomense", 2015;
- "Direito Constitucional e Direito Internacional" IV CONDILP, 2015;
- "Cooperação Judiciária Internacional – A Exatidão", 2013.

Projetos de investigação realizados e em curso:

- "Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe", Intra-Africa – União Europeia, 2018 (em curso);
- "Mecanismos Alternativos e sustentáveis na Solução de Conflitos", Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil, 2018 (em curso);
- "Direito das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa", Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2008.
- "Arquivos digitais do direito e do estado colonial", Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2006.
- "Fontes para a História Constitucional Portuguesa (c. 1800 - 1910)", Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2005.
